

INDÚSTRIA

Em compasso de espera*

*Clarisse Chiappini Castilhos***

A citação abaixo resume com clareza dois momentos da indústria a partir do início do que se pode considerar a "desestabilização" da economia brasileira. Um longo movimento de queda interrompido por curtos períodos de crescimento. Essa fase é caracterizada por demissões massivas de mão-de-obra e paralisação dos investimentos. A partir dos anos 90, iniciou-se um processo de modernização, estimulado tanto pela necessidade de superar a crise quanto por algumas iniciativas do setor governamental (abertura do mercado interno, programa de qualidade e produtividade, entre outros).

"(...) o setor industrial a partir dos anos 80 cresceu menos, tornou-se menor e, notadamente a partir de 1990, mais competitivo. Trata-se de uma profunda mudança em relação à tendência das décadas anteriores e está associada, sem dúvida, às alterações verificadas no ambiente macroeconômico, bem como no conjunto de políticas voltadas, direta ou indiretamente, para o desenvolvimento do setor industrial." (Industr. Prod., 1994, p. 23).

Esse processo começou a se refletir, já em 1991, sobre o crescimento da produtividade industrial e, em 1993, sobre o crescimento da produção. Entretanto o emprego industrial e os investimentos produtivos permaneceram em queda.

Os investimentos atingiram o seu menor nível em 1992, 14,55% do PIB, passando a 15,5% em 1993. Para se ter uma idéia da dimensão da redução, basta lembrar que a participação média dos investimentos alcançou 23% do PIB nos anos 70 e 18,3% nos 80 (GM, 11.5.94, p.1).

O emprego industrial sofreu perdas ainda mais significativas, a ponto de, no ano de 1993, ostentar níveis 28,2% abaixo daqueles vigentes em 1980 (Industr. Prod., 1994, p.22). As demissões, que, num primeiro momento, foram causadas diretamente pela redução da produção, continuaram, ainda que em ritmo mais lento, em função da adoção de novas técnicas de organização da produção por parte das empresas. Essas medidas permitiram a retomada do crescimento sem a respectiva recuperação do emprego. Ou seja, as demissões efetuadas na década de 80 não deverão ser revertidas,

* Este texto foi elaborado com informações disponíveis até 20.07.94 e contou com a colaboração do estagiário da FEE André Passos Cordeiro, responsável também pela elaboração das tabelas

** Economista do Núcleo de Estudos Industriais da FEE

A autora agradece as valiosas sugestões dos colegas Rubens Soares de Lima e Ricardo Brinco a uma versão preliminar do texto

mesmo que a indústria volte a crescer de forma sustentada e a taxas elevadas. Nesse caso, é provável que novos contingentes sejam assimilados pelo setor industrial, porém não serão necessariamente aqueles que já foram demitidos (sobretudo os não qualificados). Além disso é certo que não se manterá a proporção produção/trabalho do período anterior. Efetivamente, no ano de 1993, a indústria de transformação assinalou um crescimento recorde de sua produtividade, com uma expansão de 18,78% sobre 1992.

Examinando-se essa questão a nível de gêneros industriais, os maiores progressos localizaram-se nas indústrias de material elétrico e de comunicações (39,91%), de material de transporte (39,04%), mecânica (31,57%) e metalúrgica (20,57%). São justamente os gêneros que formam o complexo metal-mecânico, cujo carro-chefe é a indústria automobilística, que vêm "puxando" a recuperação da indústria brasileira. Além destes, apenas perfumaria, sabões e velas e bebidas obtiveram taxas de crescimento da produtividade superiores à média da indústria de transformação.

Tendo presente esse quadro simplificado da situação da indústria brasileira, cabe ainda se ressaltar que, numa situação de compasso de espera como a que caracteriza o trimestre em questão, pouco pode ser efetivamente acrescentado para a compreensão desse processo: a nova moeda só foi implantada no mês de julho, e ainda existem muitas dúvidas sobre a eficácia do Programa de Estabilização Econômica — Plano Real —; os dados do IBGE, que expressam a produção física e permitem a comparação com períodos anteriores, só estão disponíveis até o mês de março.

Alguns tópicos da política econômica do trimestre

O segundo trimestre caracterizou-se novamente pela "disputa" comerciantes—industriais—Governo na fixação dos preços.¹ Os supermercados responsabilizam a indústria, e os industriais, por sua vez, acusam os fornecedores de insumos, os juros elevados, os preços das tarifas públicas e a tributação excessiva.² Sem que as responsabilidades tenham sido claramente apuradas, as tentativas de controle dos preços continuaram apoiando-se na maior ou menor abertura do mercado às importações de produtos cujos preços tenham sido exageradamente reajustados. Também estiveram em pauta a discussão e a posterior aprovação da denominada Lei Antitruste. Na verdade, o controle de preços só foi realmente eficiente no controle dos salários e do câmbio.³

¹ Essa questão já foi assinalada e debatida na análise do desempenho da indústria brasileira no primeiro trimestre de 1994 (CAMPOS, LIMA, 1994, p. 45).

² Estudos comparativos (GREEN, GUTMAN, SANTOS, 1992) entre supermercados brasileiros e europeus e norte-americanos revelam que os primeiros têm sua alta rentabilidade baseada nos diferenciais entre a data de compra da mercadoria e a do pagamento, favorecidos pelas altas taxas de inflação. Os segundos, que trabalham com intervalos bem menores entre a compra da mercadoria e seu pagamento, têm sua rentabilidade fundamentada na eficiência da rotatividade dos estoques, que passou por amplo processo de informatização. Assim, uma estabilização da economia brasileira teria como uma das condições básicas a introdução das novas técnicas de gestão na distribuição das mercadorias, o que permitiria uma significativa redução dos custos. Além disso, a prática vem demonstrando que, tanto na indústria quanto no comércio, os preços são absolutamente flexíveis para cima e quase inteiramente inflexíveis para baixo.

³ A esse respeito, ver a análise do comércio externo neste número

No que tange à questão da abertura do mercado, o mecanismo de redução das alíquotas de importação continuou funcionando principalmente como instrumento de pressão por parte do Governo sobre os empresários, com uma eficácia não muito evidente. Assim, no mês de abril, teve início a discussão em torno da redução para 2%, ou simplesmente da eliminação, das alíquotas de importação de 19 produtos cujos preços haviam sido elevados excessivamente. A maior parte dos produtos visados era constituída por bens de consumo não duráveis, como bebidas, alimentação e limpeza. Além destes, foram incluídos auto-peças e pneus (elos importantes na cadeia da indústria automobilística), implementos agrícolas e material de construção. No mês de junho, essa medida foi efetivada para a maioria dos produtos. Entretanto as alíquotas relativas a pneus e a implementos agrícolas foram novamente expandidas, sendo fixadas em 15%. Essa revisão foi possível graças a compromissos de não efetuar novos reajustes assumidos pelos setores. Nesse processo, também estava prevista a redução para zero da tributação incidindo sobre 200 insumos e sobre alguns bens de capital sem similar nacional, o que deverá continuar sendo pauta das negociações do terceiro trimestre.

Quanto à Lei Antitruste, sua aprovação ocorreu em junho, tendo sido alterada em julho, com a medida provisória que criou o real. Sua versão final corrige o percentual para a definição de controle de mercado de 30% para 20% e permite ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) a mudança desse percentual para setores específicos (GM, 4.7.94, p. 29). Entretanto os dados disponíveis não possibilitam ainda uma avaliação, com os primeiros resultados podendo surgir ao longo do terceiro trimestre, embora o episódio envolvendo os dirigentes da rede Makro de supermercados já alerte para a fragilidade dessa lei. Na verdade, diversas críticas vêm sendo feitas à Lei Antitruste, seja pelos que a consideram inócua por apresentar falhas do ponto de vista do seu conteúdo, seja pelos que a julgam inconstitucional (prisão dos dirigentes), ou seja, ainda, pelos que estimam ser muito discutível a definição de abuso econômico.

Mesmo que essas duas medidas tenham tido eficácia limitada no efetivo controle de preços, funcionaram pelo menos como instrumento de pressão no sentido de levar as empresas a estabelecerem alguns acordos. A verdade é que os preços continuaram crescendo aceleradamente, antecipando a chegada do real (Tabela 1).

À primeira vista, o Plano Real, tal como está definido, apresenta um conteúdo recessivo, quer pelo controle da oferta de moeda, quer pela perda de poder de compra dos assalariados, quer pela possibilidade de elevação dos preços das exportações e pela conseqüente perda de competitividade dos produtos brasileiros, quer, finalmente, pela manutenção de taxas de juros elevadas. Entretanto as expectativas dos empresários são de que, caso a estabilização venha a ocorrer, possa continuar o processo de crescimento e de modernização. Cabe lembrar que o conceito de estabilização, tal como está proposto no Plano Real, não implica melhoria de condições sociais, uma vez que não contempla aspectos como distribuição da renda e geração de emprego.

Foi nesse contexto de muitas dúvidas que a indústria brasileira atuou no segundo trimestre, revelando um desempenho mais cauteloso do que agressivo.

Tabela 1

Evolução dos preços por atacado dos produtos industriais no Brasil — jan.-maio/94

DISCRIMINAÇÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO
Indústria	3 777,15	5 372,21	7 625,49	10 833,12	15 146,59
Indústria de transformação	3 722,34	5 328,41	7 554,92	10 711,24	15 027,89
Gêneros industriais					
Metalúrgica	3 719,99	5 505,61	8 041,10	11 184,26	15 748,44
Mecânica	3 516,52	5 096,60	7 017,47	9 817,08	13 661,44
Material elétrico	3 075,65	4 403,28	6 257,23	8 634,57	11 855,17
Material de transporte	4 056,44	5 733,86	7 998,21	11 061,93	16 393,40
Madeira	4 044,64	6 030,56	8 583,04	12 775,99	18 532,88
Mobiliário	3 735,95	5 449,54	7 520,32	11 360,09	15 671,82
Papel e papelão	3 447,04	4 873,24	6 881,88	9 280,07	12 706,23
Borracha	3 479,66	5 624,72	7 901,52	11 155,08	15 504,74
Couro e peles	4 022,01	5 761,29	7 821,92	10 880,84	15 453,24
Química	3 919,96	5 472,20	7 698,68	10 963,70	15 287,84
Tecido, vestuário e calçados	3 537,77	4 996,64	7 352,02	10 491,98	14 546,85
Bebidas	3 971,86	5 591,93	7 366,96	11 288,29	17 457,19
Fumo	3 872,54	5 067,57	6 999,52	10 109,57	14 713,00
Produtos alimentares	3 896,19	5 616,04	7 881,13	11 534,20	16 151,77
Produtos farmacêuticos	4 737,39	6 605,64	9 045,26	13 206,48	19 053,66
Perfumaria, sabões e velas	4 075,87	5 894,54	7 874,23	10 350,67	14 134,77
Produtos de matérias plásticas	3 923,13	5 656,20	8 023,47	11 357,28	16 203,40
Insumos, matérias-primas e principais produtos					
Ferro, aço e derivados	3 894,71	5 724,24	8 395,01	11 563,39	16 185,29
Metais não ferrosos	3 303,22	4 984,13	7 196,93	10 279,99	14 706,60
Máquinas agrícolas	3 892,03	5 606,21	7 842,00	11 177,88	15 012,39
Eletrodomésticos	3 083,13	4 420,89	5 933,50	8 645,55	11 898,49
Veículos a motor	3 534,79	5 100,90	6 692,48	9 222,04	13 466,84
Combustíveis e lubrificantes	4 199,86	5 848,79	8 232,06	11 861,39	16 319,90
Tintas e vernizes	3 687,90	5 100,54	7 111,30	8 786,98	11 952,53
Fertilizantes	2 982,91	4 076,84	5 616,91	8 583,89	12 234,20
Outros produtos químicos	3 823,83	5 432,85	7 633,77	10 828,47	15 552,62
Tecidos e fios naturais	3 599,16	5 105,18	7 516,71	10 695,65	14 943,63
Malharia	4 351,84	6 421,40	8 865,32	12 670,54	17 916,22
Calçados	3 765,13	5 231,52	8 329,35	12 000,69	16 133,45
Bebidas não alcoólicas	4 382,43	5 812,03	6 793,17	13 346,69	20 387,17
Óleos vegetais	4 055,73	5 509,33	7 305,53	9 833,98	14 064,37
Cafés e estimulantes	4 201,21	6 352,98	8 586,15	14 042,91	21 607,74
Carnes e pescado	4 055,42	5 482,74	8 457,20	12 033,55	16 134,03
Leite e derivados	4 810,80	6 652,69	9 770,12	14 902,85	21 619,46

FONTE: CONJUNTURA ECONÔMICA (1994). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, (v.48, n.7, jul /94).

Resultados do segundo trimestre

A recuperação do crescimento da produção industrial iniciada em 1993 sofreu uma interrupção em fevereiro, sendo retomada no mês de março. Portanto, os resultados do primeiro trimestre poderiam ser considerados como satisfatórios. O mesmo movimento observou-se a nível dos gêneros industriais; apenas as indústrias de produtos alimentares e bebidas não sofreram redução no mês de fevereiro.⁴

⁴ Índices de produção industrial, com ajustamento sazonal, com base na média de 1981, IBGE, mar /94

Ainda que, no trimestre em análise, a não-disponibilidade de dados do IBGE impeça afirmações mais definitivas, podem-se efetuar algumas especulações a partir dos indicadores elaborados pela FIESP para a indústria de São Paulo.

Os dados da FIESP relativos ao período jan.-maio/94 (GM, 30.6.94, p.10), para o conjunto da indústria paulista de transformação, mostram que o Índice do Nível de Atividades (INA) de maio teve um crescimento de 1,6% com relação a abril, revertendo as quedas observadas em março e abril.

Dentre as variáveis estudadas pela FIESP, as vendas da indústria paulista em maio cresceram 7,3% em comparação com abril, mas ficaram 1,1% abaixo do resultado registrado em maio de 1993. (GM, 30.6.94, p.10).

O total de pessoal ocupado continuou apresentando quedas, mas a um ritmo menor do que no ano anterior, sendo que, em junho, ocorreu uma queda ainda menor — -0,14% sobre o mês anterior (GM, 12.7.94, p.6). Esses resultados são considerados "favoráveis", pois representam uma desaceleração das demissões. A verdade é que as empresas têm preferido dar férias coletivas aos seus funcionários, ao invés de demiti-los, aguardando uma definição da situação econômica. Já o nível médio de utilização da capacidade instalada apresentou um pequeno crescimento entre janeiro e maio (de 74,8% para 76,80%).

De uma forma aproximada, pode-se inferir desses dados que a situação desse trimestre foi de relativa estabilidade, o que poderá ser confirmado quando da publicação dos resultados do IBGE para o segundo trimestre.

A nível dos setores industriais, os indicadores da FIESP (GM, 30.6.94, p.10) mostram que o INA acumulado de jan.-abr./94, em relação a igual período do ano anterior, foi positivo para os gêneros minerais não-metálicos, mecânica, material elétrico e de comunicações, material de transporte e produtos de matérias plásticas.

Os melhores desempenhos de maio ficaram por conta da indústria de material elétrico e de comunicações, de material de transporte e da indústria mecânica. As vendas excepcionais do primeiro gênero citado relacionam-se a um aquecimento conjuntural da demanda em consequência da Copa do Mundo.

Já a indústria automobilística, cuja ascensão da produção e das vendas vem se mantendo, teve um impulso extra em consequência das incertezas que envolveram as aplicações financeiras nesse trimestre. No mês de março, a produção de automóveis bateu o recorde, tendo se reduzido em abril e voltando a crescer em maio. Neste último mês, as vendas cresceram 18,5% sobre abril e 24,4% sobre maio de 1993. (GM, 8.6.94, p.11). É preciso observar que essa elevação das vendas corresponde a unidades comercializadas no atacado (produção nacional mais importação das montadoras mais veículos trazidos da Argentina sem Imposto sobre Importação, Acordo de Complementação Econômica nº 14). Portanto, a elevação das vendas não significa diretamente aumento da produção nacional.

A indústria mecânica continuou sendo estimulada pelo crescimento da indústria automobilística e da indústria de tratores e máquinas agrícolas. São, portanto, os mesmos gêneros que vêm liderando a recuperação da produção desde o ano passado, sendo, ainda, aqueles que apresentaram maiores ganhos de produtividade em 1993.

Por outro lado, confirma-se também o fraco desempenho dos setores dependentes do consumo interno de massa (mobiliário, têxtil e alimentação), expressando a contínua perda de poder aquisitivo da população.

A indústria no Rio Grande do Sul

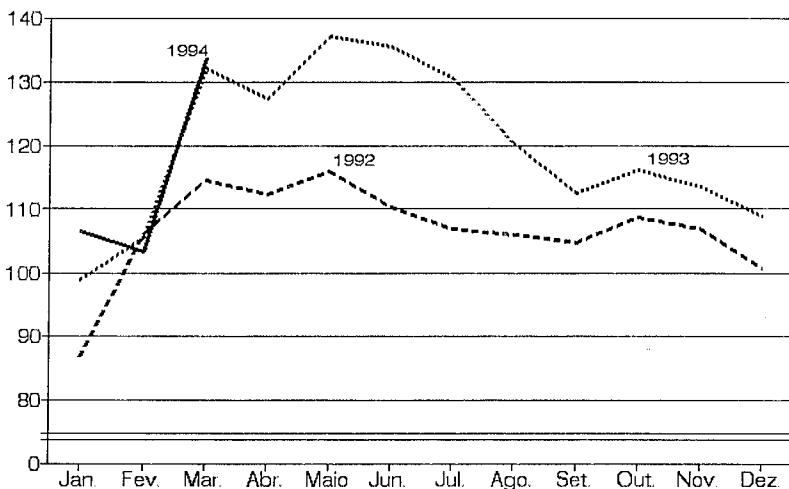
O primeiro trimestre

A comparação das taxas de crescimento acumuladas até março de 1994 possibilita verificar que a indústria do Rio Grande do Sul apresentou um crescimento inferior ao da indústria nacional, respectivamente, 1,64% e 7,59%.

É importante sublinhar que os dados disponíveis até o presente momento para a variável produção física da indústria de transformação gaúcha só permitem observações mais precisas até o mês utilizado na comparação apresentada no parágrafo anterior, isto é, o mês de março. Para a análise do segundo trimestre, será preciso recorrer a um conjunto de indicadores que possibilitarão uma idéia aproximada de seu desempenho. Nos três primeiros meses do ano, a produção da indústria gaúcha mostrou um comportamento semelhante ao do ano de 1993, exceto pelo mês de janeiro, que apresentou um nível mais alto, como pode ser verificado no Gráfico 1.

GRÁFICO 1

ÍNDICE DA PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
NO RIO GRANDE DO SUL — JAN/92-MAR/94



FONTE: IBGE.

NOTA: Índice de base fixa, com base na média de 1981 = 100.

A observação da Tabela 2, onde são apresentadas as taxas de crescimento acumuladas no ano para os diversos gêneros da atividade manufatureira do Rio Grande do Sul, revela efetivamente uma tendência declinante das taxas a partir do segundo semestre de 1993 até o fim do primeiro trimestre de 1994. Em outras palavras, a indústria de transformação do Rio Grande do Sul não conseguiu, a partir do segundo semestre de 1993, sustentar o ritmo de crescimento verificado durante praticamente todo o primeiro semestre de 1993.⁵

Tabela 2

Taxa de crescimento acumulada, por gêneros de atividade, da produção industrial do Rio Grande do Sul — 1993-94

DISCRIMINAÇÃO	1993							
	Jan.	Jan.-Fev.	Jan.-Mar.	Jan.-Abr.	Jan.-Maio	Jan.-Jun.	Jan.-Jul.	Jan.-Ago.
Indústria de transformação	17,85	8,74	12,23	12,99	13,48	15,35	16,47	16,34
Minerais não-metálicos	-2,57	-3,08	0,52	5,66	6,59	6,54	4,26	3,08
Metalúrgica	-8,17	5,27	11,91	16,18	18,80	20,39	20,73	19,84
Mecânica	25,07	13,27	16,64	16,27	21,34	29,45	32,80	35,97
Material elétrico e de comunicações	53,53	61,40	52,60	54,38	58,07	57,04	52,26	50,55
Material de transporte	150,43	60,97	83,25	77,89	61,16	59,17	55,36	48,87
Papel e papelão	37,04	22,03	17,94	15,49	9,91	9,33	9,38	8,21
Borracha	27,80	6,16	7,21	3,27	-1,18	-3,71	-1,29	-1,88
Química	15,10	4,49	-0,81	0,42	4,69	5,44	2,95	1,70
Perfumaria, sabões e velas	24,75	13,88	17,97	15,44	17,00	13,47	9,87	10,27
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	17,38	8,72	16,06	14,85	14,80	13,77	12,33	12,95
Produtos alimentares	-8,29	4,85	11,04	12,24	12,53	11,90	10,18	9,20
Bebidas	5,62	18,76	22,36	20,43	7,92	14,06	20,96	17,51
Fumo	5,42	-11,72	-13,90	-9,83	-7,02	-2,29	6,97	10,05

DISCRIMINAÇÃO	1993				1994		
	Jan.-Set.	Jan.-Out.	Jan.-Nov.	Jan.-Dez.	Jan.	Jan.-Fev.	Jan.-Mar.
Indústria de transformação	15,71	15,05	14,45	13,82	6,47	1,96	1,64
Minerais não-metálicos	2,32	1,85	-0,60	-1,81	2,71	-0,06	-0,50
Metalúrgica	18,55	17,55	17,34	17,70	25,05	15,88	9,25
Mecânica	37,16	37,89	37,36	36,68	31,13	26,47	26,33
Material elétrico e de comunicações	46,81	43,33	38,78	37,66	6,72	5,46	18,15
Material de transporte	45,12	42,06	37,81	35,18	1,41	11,20	4,05
Papel e papelão	7,40	8,51	7,80	8,50	-7,35	-8,26	-4,80
Borracha	-3,39	-3,15	-2,31	-0,38	8,62	-1,74	-7,55
Química	0,92	0,65	0,33	-1,18	-6,37	-16,98	-13,15
Perfumaria, sabões e velas	10,48	12,34	11,75	14,21	20,15	6,96	0,45
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	12,07	11,16	10,07	9,42	-7,25	-6,94	-7,28
Produtos alimentares	8,53	7,01	6,47	5,67	2,48	4,34	2,46
Bebidas	17,65	16,77	17,89	13,93	1,49	-5,79	-3,21
Fumo	9,92	9,74	9,72	10,07	-54,86	-55,78	-35,29

FONTE: IBGE.

NOTA: A taxa reflete a variação do período em relação ao mesmo período do ano anterior.

⁵ Dependendo do índice utilizado para traduzir o movimento da produção física, a tendência de decréscimo no ritmo de crescimento da mesma pode ser mais ou menos leve. Se utilizarmos o índice de 12 meses, por exemplo, o movimento verificado será o mesmo, apenas com variações menos significativas.

Na Tabela 2, podem-se, ainda, visualizar os resultados alcançados a nível dos gêneros de atividade da indústria de transformação gaúcha. Assim, o desempenho positivo do setor automobilístico nacional e a crescente demanda por máquinas agrícolas parecem continuar impulsionando o complexo metal-mecânico: metalúrgica, mecânica, material elétrico e de comunicações e material de transporte foram os que apresentaram as maiores taxas de crescimento no Estado, respectivamente, 9,25%, 26,33%, 18,15% e 4,05%. Além desses gêneros, apenas dois outros demonstraram crescimento positivo até março, perfumaria, sabões e velas (0,45%) e produtos alimentares (2,46%).

Dentre os que tiveram queda de produção, destaca-se o gênero química. Com uma redução acumulada no primeiro trimestre de 13,15%, parece confirmar-se a hipótese, levantada no número anterior desta publicação (LIMA & CAMPOS, 1994), de que a evolução desfavorável de sua produção sinaliza a existência de problemas estruturais no setor.⁶ Chama-se atenção para o fato de que o gênero vestuário, calçados e artefatos de tecidos apresentou, no período jan.-mar./94, suas primeiras taxas negativas de crescimento desde o início de 1993. Minerais não-metálicos (-0,50%), papel e papelão (-4,80%), borracha (-7,55%), bebidas (-3,21%) e fumo (-35,29%) também mostraram desaceleração no primeiro trimestre de 1994.

O comportamento da indústria até maio

Os dados disponíveis para abril e maio parecem confirmar a tendência de redução no ritmo de crescimento da indústria de transformação gaúcha, que vem sendo observada desde 1993. Assim, o Indicador de Desempenho Industrial (IDI)⁷ da FIERGS registrou uma variação negativa de 0,23% no acumulado de janeiro a maio do presente ano, em relação ao mesmo período de 1993. Dessa forma, não se confirmou a expectativa de desempenho positivo, apresentada no número anterior desta revista. O fraco desempenho verificado até o final de maio pode ser creditado, ao menos em parte, a um certo "compasso de espera" associado às incertezas do Plano Real. É possível, ainda, que a aceleração dos preços verificada nos primeiros meses do ano tenha produzido retração de demanda, e, dado o peso da variável vendas na composição do IDI, pode ser este outro fator que explique o desempenho negativo constatado.

A observação da evolução das vendas (Tabela 3) permite realizar algumas considerações. Entre os gêneros que fazem parte da categoria de uso bens de consumo não duráveis, somente produtos alimentares obteve resultado positivo (8,31%). Já vestuário (-12,06%), calçados (-15,97%) e bebidas (-40,92%) apresentaram resultados desfavoráveis. A indústria de fumo, que não teve seus dados de vendas divulgados para o mês de maio, demonstrou um crescimento de apenas 0,37% no acumulado até abril. Registre-se, ademais, que, no caso de bebidas, os resultados até maio correspondem a maior queda de vendas registrada nos últimos cinco anos ou mais.

⁶ É interessante ressaltar que, em 1993, a indústria química brasileira obteve ganhos de produtividade abaixo da média nacional, reforçando essa afirmação.

⁷ O IDI é resultado da composição de variáveis como valor das compras, valor das vendas, salários pagos e pessoal ocupado.

Aos desempenhos negativos já assinalados deve ser adicionado o da indústria química (-6,32%), que pode ser atribuído, ao menos de forma aproximada, à influência da retração das exportações de produtos petroquímicos (-6,15%) verificada durante o período jan.-maio/94 (Tabela 4).

Tabela 3

Taxa de variação acumulada do valor total das vendas da indústria de transformação, por gêneros de atividade, do Rio Grande do Sul — jan.-maio/94

DISCRIMINAÇÃO	JAN	JAN-FEV	JAN-MAR	JAN-ABR	JAN-MAIO
Metalúrgica	25,63	15,47	10,83	6,12	6,14
Mecânica	-14,28	-8,59	-5,50	-1,77	6,40
Material elétrico e de comunicações	46,94	44,65	26,87	22,00	25,47
Material de transporte	47,17	7,96	-0,46	-3,75	-3,85
Borracha	-0,87	-3,87	-6,87	-12,58	-12,06
Química	-1,56	-5,20	-5,87	-7,67	-6,32
Vestuário	-10,00	-5,46	-11,02	-10,06	-12,66
Calçados	-10,03	-7,09	13,33	-14,44	-15,97
Produtos alimentares ..	1,48	11,54	10,02	6,32	8,31
Bebidas	-54,49	-53,38	-47,16	-45,11	-40,92
Fumo	8,36	22,67	2,70	0,37	-

FONTE: FIERGS.

Tabela 4

Exportações efetivas, por grupos de produtos selecionados, da indústria do Rio Grande do Sul — jan.-maio/93 e jan.-maio/94

DISCRIMINAÇÃO	JAN-MAIO/93 (US\$ FOB)	JAN-MAIO/94 (US\$ FOB)	TAXA DE CRESCIMENTO JAN-MAIO/94 JAN-MAIO/93 (%)
Calçados	593 860 925	544 574 481	-8,30
Sapatos de couro natural, sola não de couro, para uso feminino	339 261 070	282 237 658	-16,81
Outras sandálias e chinelos	150 593 074	147 010 787	-2,38
Outros calçados, cobrindo o tornozelo, para mulheres e meninas	39 419 998	60 388 358	53,19
Sapatos com sola exterior de couro natural para mulheres e meninas	29 442 579	21 125 939	-28,25
Outros calçados de couro natural	7 790 418	10 912 918	40,08
Outros sapatos, partes superiores de couro natural, para homens e meninos	10 966 334	8 102 140	-26,12
Partes superiores de calçados de couro natural ou reconstituído	7 440 312	7 527 289	1,17
Sandálias e chinelos com sola exterior de couro natural	8 947 140	7 269 392	-18,75
Petroquímica	93 624 783	87 865 237	-6,15
Poliétileno sem carga de densidade inferior a 0,94	23 520 017	30 507 158	29,71
Poliétileno sem carga de densidade igual ou superior a 0,94	23 520 017	21 922 640	-6,79
Benzeno	32 241 488	18 075 775	-43,94
Polipropileno sem carga, em forma primária	9 454 258	10 599 769	12,12
Qualquer outra borracha de estireno-butadieno (SBR)	4 889 003	6 759 895	38,27
Material de transporte	51 418 843	50 381 786	-2,02
Carroçarias e cabinas para ônibus e microônibus	27 262 044	23 252 259	-14,71
Outras partes e acessórios para automóveis	16 366 249	16 948 908	3,56
Outros reboques e/ou semi-reboques para transporte	7 790 550	10 180 619	30,68
Máquinas agrícolas	8 725 804	18 871 680	116,27
Colheitadeiras combinadas	8 725 804	18 871 680	116,27

FONTE: MICI/SECEX-DTIC

Por outro lado, os gêneros que compõem o complexo metal-mecânico apresentaram, com exceção de material de transporte (-3,85%), resultados positivos. Metalúrgica (6,14%) e mecânica (6,40%) tiveram seu desempenho ligado à ótima evolução da indústria automobilística — com vendas recordes nos cinco primeiros meses do ano (G.M. 9/06/94, p.11) — e à ampliação da demanda por máquinas agrícolas, devida ao acréscimo nas exportações (116,27%) e aos investimentos do Setor Primário em modernização, incentivados pela continuada alta dos preços das *commodities* no primeiro quadrimestre (G M 13.6.94, p.9). Outro gênero do complexo metal-mecânico que obteve crescimento significativo foi material elétrico e de comunicações (25,47%).

Bibliografia

- CAMPOS, Sílvia H., LIMA, Rubens S. de (1994). Indústria: recuperação e incertezas face ao Programa. **Indicadores Econômico FEE**, Porto Alegre, v.22, n.1, p.37-50.
- GAZETA MERCANTIL (12.7.94). Nível de emprego cai 0,14% em junho, melhor resultado desde outubro de 93. São Paulo, p.6.
- GAZETA MERCANTIL (30.6.94). Vendas da indústria paulista em maio mostram crescimento de 7,3%. São Paulo, p.9-10.
- GAZETA MERCANTIL (4.7.94). MP do Real amplia enquadramento da Lei Antitruste. São Paulo, p.1.
- GAZETA MERCANTIL (8.6.94). Vendas em maio cresceram 18,5% com 111.483 unidades comercializadas. São Paulo, p.11.
- GAZETA MERCANTIL (11.5.94). Sobem os investimentos. São Paulo, p.1.
- GREEN, Raul, GUTMAN, Graciela, SANTOS, Roseli Rocha dos (1992). **Changement technique, logistique et distribution alimentaire en Argentine et au Brésil**. Paris : INRA. p.28.
- INDÚSTRIA E PRODUTIVIDADE (1994). A indústria brasileira, perfil atual e perspectivas. São Paulo : CNI, n.283, p.22-38, jun.
- PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: Brasil: produção física (1994). Rio de Janeiro : IBGE, mar.